

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.599.043 - SP (2019/0303214-0)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
AGRAVANTE : **RUI VENCESLAU DE ARAÚJO**
ADVOGADOS : **LUIZ ANTONIO RIBEIRO - SP079271**
 SELMA MAZZEI RIBEIRO - SP260432
 PEDRO HENRIQUE MAZZEI RIBEIRO - SP295116
 JOÃO EVANDRO MAZZEI RIBEIRO - SP303741
AGRAVADO : **MUNICIPIO DE BARUERI**
ADVOGADOS : **DANIELA VASCONCELOS FONTES - SP223686**
 TEÓFILO ARTUR TINEN RONDON - SP239945

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Rui Venceslau de Araújo contra decisão que inadmitiu o recurso especial ante a razoabilidade da decisão tomada em segunda instância.

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado com base na alínea "a" do permissivo constitucional contra acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO FISCAL Decisão de primeiro grau que manteve o bloqueio de trinta por cento de valor oriundo do salário do executado e determinou o desbloqueio de setenta por cento - Cabimento - Mitigação do disposto no artigo 833, IV, do CPC que se impõe, com a análise específica e individual do caso concreto - Dogma da impenhorabilidade absoluta de fontes de renda que caracteriza violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade - Ausência nos autos de quaisquer provas ou indícios de comprometimento da subsistência do devedor e de seus dependentes, bem como de manifestação de interesse de substituição da penhora - Medida de constrição que se mostra justa e equilibrada - Decisão mantida - Recurso desprovido.

O agravante aduz violação do art. 833, IV, do Código de Processo Civil, ao fundamento de ser impenhorável o valor referente aos seus vencimentos.

Decido.

O acórdão está em consonância com a jurisprudência pátria sobre o tema, segundo a qual cabe a penhora de vencimentos até o valor que não comprometa a subsistência do executado.

Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS
DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO

MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.
IRRESIGNAÇÃO DA PARTE AGRAVANTE.

1. Nos termos da jurisprudência do STJ, "a regra geral da impenhorabilidade de salários, vencimentos, proventos etc. (art. 649, IV, do CPC/73; art. 833, IV, do CPC/2015), pode ser excepcionada quando for preservado percentual de tais verbas capaz de dar guarida à dignidade do devedor e de sua família" (EResp 1582475/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/10/2018, DJe 16/10/2018).

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 645.463/SP, Rel. Min. MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 30/9/2019, DJe 3/10/2019)

Desse modo, aplica-se no caso a Súmula 568 do STJ: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema."

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator